

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA  
MUNICIPAL/MODALIDADE EAD**

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IDENTIFICANDO POSSÍVEIS IMPACTOS DO BOLSA  
FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

**ARTIGO CIENTÍFICO DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Luciane Pagani**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011**

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IDENTIFICANDO POSSÍVEIS IMPACTOS DO BOLSA  
FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

por

**Luciane Pagani**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – Modalidade EAD da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM – RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Gestão Pública Municipal**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kelmara Mendes Vieira

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2011**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Pólo de Sapucaia do Sul  
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal  
modalidade EAD**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova  
artigo científico de especialização

**PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA:  
IDENTIFICANDO POSSÍVEIS IMPACTOS DO BOLSA FAMÍLIA  
NAS FAMÍLIAS DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

elaborada por  
**Luciane Pagani**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Pública Municipal**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Kelmara Mendes Vieira, Dr.  
(Presidente/Orientadora)**

**Breno Augusto Diniz Pereira, Dr.  
(UFSM)**

**Mauri Leodi Löbler, Dr.  
(UFSM)**

Santa Maria, 23 de setembro de 2011.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Valor dos benefícios: Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa.....	12
Tabela 2 – Valor dos benefícios: Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa.....	13

## RESUMO

Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal  
Universidade Federal de Santa Maria

### **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: IDENTIFICANDO POSSÍVEIS IMPACTOS DO BOLSA FAMÍLIA NAS FAMÍLIAS DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

AUTORA: LUCIANE PAGANI<sup>1</sup>

ORIENTADOR: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. KELMARA MENDES VIEIRA

Data e Local da Defesa: setembro de 2011, Santa Maria.

O Bolsa Família, instituído pela Lei Federal 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04 é um programa do Governo Federal de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra o Fome Zero que é uma das estratégias impulsionadas pelo Governo Federal para assegurar o direito humano à alimentação, favorecendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. Neste estudo buscou-se verificar se estes objetivos estão alcançando e impactando a vida das famílias beneficiárias, a partir da identificação do perfil, déficits e possíveis contribuições do Programa Federal Bolsa Família para redução da pobreza e desigualdade social no Município de Sapucaia do Sul/RS. A pesquisa de campo foi realizada com uma amostragem de trezentos e dez beneficiários residentes no município, o instrumento abordou questões sobre as suas perspectivas em relação à qualidade de vida, impactos em sua realidade após inclusão no programa e suas principais vulnerabilidades, demonstrando como resultado que o programa sozinho, sem a inserção em conjunto dos beneficiários de programas de transferência de renda em políticas públicas dificulta a existência de impactos na vida destas famílias.

**Palavras-chave:** Pobreza; Transferência de Renda; Qualidade de Vida; Desigualdade Social.

---

<sup>1</sup> Assistente Social Especializanda do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM/ Modalidade EAD. Servidora da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – Sapucaia do Sul/ RS.

## **ABSTRACT**

Graduate Program in Management Municipal Public  
Federal University of Santa Maria

### **TRANSFER OF INCOME PROGRAMS: IDENTIFYING POTENTIAL IMPACTS OF FAMILY SCHOLARSHIP IN FAMILIES SAPUCAIA DO SUL / RS**

AUTHOR: LUCIANE PAGANI<sup>2</sup>

ADVISOR: PROF. DR FIRST. KELMARA MENDES VIEIRA

Date and Place of defense: September 2011, Santa Maria.

Family Scholarship, established by Federal Law 10.836/04 and regulated by Decree No. 5.209/04 is a federal program of direct income transfer conditional, which benefits families in poverty and extreme poverty. The program is part of the Zero Hunger is one of the strategies promoted by the Federal Government to ensure the right to food, promoting food security and nutrition and contributing to the achievement of citizenship by the population most vulnerable to hunger. In this study we sought to determine whether these goals are reaching and impacting the lives of families benefiting from the profile identification, deficits and possible contributions of Federal Program grant to reduce poverty and social inequality in the Municipality of Sapucaia do Sul/RS. The field research was conducted with a sample of three hundred ten beneficiaries residing in the city, the instrument has addressed questions about their perspectives on the quality of life, impacts on reality after their inclusion in the program and its key vulnerabilities, demonstrating that as a result the program alone, without the inclusion of all beneficiaries of cash transfer programs in public policy hinders the existence of impacts on the lives of these families.

**Keywords:** Poverty, Income Transfer, Quality of Life, Social Inequality.

---

<sup>2</sup> Social Worker Specialist Graduate Course in Public Administration Municipal Federal University of Santa Maria - UFSM / EAD Mode. Servant of the Municipal Social Development – Sapucaia do Sul / RS.

# 1 INTRODUÇÃO

A desigualdade social e a pobreza são problemas sociais que afetam a maioria dos países na atualidade. A pobreza existe em todos os países, pobres ou ricos, mas a desigualdade social é um fenômeno que ocorre principalmente em países subdesenvolvidos.

O conceito de desigualdade social é um guarda-chuva que compreende diversos tipos de desigualdades, desde desigualdade de oportunidade até desigualdade de escolaridade, de renda, de gênero. De modo geral, a desigualdade econômica é chamada imprecisamente de desigualdade social, dada pela distribuição desigual de renda. No Brasil, a desigualdade social tem sido um cartão de visita para o mundo, pois é um dos países mais desiguais. Segundo dados da ONU, em 2005 o Brasil era a 8º nação mais desigual do mundo. O índice Gini, que mede a desigualdade de renda, divulgou em 2009 que a do Brasil caiu de 0,58 para 0,52 (quanto mais próximo de um maior a desigualdade), porém esta ainda é latente.

Objetivando reduzir a desigualdade social e sendo utilizado para potencialização e criação de Políticas Públicas o Cadastro Único para Programas Sociais foi criado e formalizado pelo Decreto 3.877 de 24 de julho de 2001, com intuito de mapear a realidade da população mais pobre do Brasil, pois é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de até três salários mínimos por família, permitindo a constituição de uma rede de promoção e proteção social que articule as políticas existentes; pode ser utilizado como ferramenta de planejamento para políticas públicas voltadas às famílias de baixa renda; permite a criação de indicadores que reflitam as várias dimensões de pobreza e vulnerabilidade e conseqüentemente converge esforços para o atendimento prioritário das famílias em situação de vulnerabilidade.

O Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações da família e seu domicílio como composição familiar, endereço e características da residência, acesso a serviços públicos de água, saneamento e energia elétrica, despesas mensais e vinculação e dados de cada componente da família como documentação civil, qualificação escolar, situação no mercado de trabalho e rendimentos.

Os dados são consolidados por meio de um sistema informatizado, este que desde 2011 passou a ser on-line, o que possibilita ao poder público formular e implementar políticas específicas, que possam contribuir para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas e desenvolver suas potencialidades. O Cadastro Único é coordenado atualmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Cadastro Único é obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal, tais como Programa Bolsa Família (PBF); Programas Complementares ao PBF: Brasil Alfabetizado, Próximo Passo; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Tarifa Social de Energia Elétrica; Programa de Cisternas; Carteira do Idoso; ProJovem Adolescente; Programas Habitacionais do Ministério das Cidades; Isenção de taxa para concursos públicos; Cadastramento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Outros na esfera municipal e estadual.

Entretanto, o foco deste estudo é mais específico que toda a amplitude do Cadastro Único, a discussão se dará em torno de um dos Programas Sociais que utiliza o Cadastro único para seleção de seus beneficiários – O Programa Bolsa Família, pois segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome [sitio www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), ele atende atualmente quase 13 milhões de famílias em todo território nacional.

Estudos apontam que o Bolsa Família contribui na redução das desigualdades sociais e da pobreza, pois possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. Segundo os dados do MDS a transferência de renda deve promover o alívio imediato da pobreza, as condicionalidades reforçar o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, já os programas complementares favorecer o desenvolvimento das famílias.

A gestão do Bolsa família é descentralizada e compartilhada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04.

Sendo assim, a Gestão Pública Municipal deve acompanhar as famílias beneficiárias, na qual a transferência de renda deve trazer o alívio imediato da pobreza, o reforço ao acesso a direitos sociais básicos nas áreas da educação,



saúde e assistência social, para que os beneficiários possam superar a situação de vulnerabilidade e conseqüentemente reduzir a desigualdade social.

Entretanto sabe-se que o Programa Bolsa Família é uma Política de Governo e não de Estado, então não é um direito do cidadão que se encontra na situação de pobreza ou de extrema pobreza receber o benefício. Pois cada município tem um teto de famílias beneficiárias no programa, ou seja, não pode atender todas as famílias na situação de pobreza com o programa de transferência de renda.

Partindo destes pressupostos, sabe-se o quanto é difícil e moroso reduzir as desigualdades de um País, garantir políticas públicas que dêem conta de preservar os direitos mínimos de uma população que historicamente convive com várias expressões da desigualdade. Uma das alternativas apresentadas desde 2001 são os Programas de Transferência de Renda, atualmente o mais conhecido é o Programa Bolsa Família, mas até onde estes programas conseguem atingir efetivamente e reduzir a desigualdade social, eles alcançam seus objetivos macros com todos seus beneficiários?

Existem vários estudos que confirmam a redução da pobreza no País, mas na realidade, no cotidiano, a vida destes brasileiros mudou efetivamente? Quanto? Mas, se mudou, está havendo qualidade de vida nesta “redução da pobreza e desigualdade”?

Com o objetivo de conhecer o perfil e os impactos que incidem sobre os beneficiários do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família este estudo realizou uma pesquisa de campo com 310 famílias a fim de verificar se houve redução das desigualdades, suas perspectivas de vida e como o Programa contribuiu enquanto Política Social no Município de Sapucaia do Sul/RS, município que atualmente possui 3.834 famílias beneficiárias.

O estudo divide-se em cinco partes, na introdução apresenta-se a proposta do estudo e sua temática; a fundamentação teórica-conceitual traz o embasamento da discussão; no método descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização do estudo, contemplando as definições das variáveis, a população e a amostra da pesquisa; na análise de resultados apresentam-se os gráficos comparativos com a respectiva interpretação dos resultados dos possíveis impactos do programa de transferência de renda bolsa família nas famílias beneficiárias de Sapucaia do Sul e por fim o estudo traz as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A desigualdade social no Brasil tem sido percebida nas últimas décadas, não como herança pré-moderna, mas sim como decorrência do efetivo processo de modernização que tomou o país a partir do início do século XIX. Junto com o próprio desenvolvimento econômico, cresceram também a miséria, as disparidades sociais: educação, renda, saúde, a concentração de renda, o desemprego, a fome que atinge milhões de brasileiros, a desnutrição, a mortalidade infantil, a baixa escolaridade, a violência. Essas são expressões do grau a que chegaram as desigualdades sociais no Brasil.

A desigualdade tende a se acumular. Os que vêm de família modesta têm, em média, menos probabilidade de obter um nível alto de instrução. Os que possuem baixo nível de escolaridade têm menos probabilidade de chegar a um status social elevado, de exercer profissão de prestígio e ser bem remunerado. É verdade que as desigualdades sociais são em grande parte geradas pelo jogo do mercado e do capital, assim como é também verdade que o sistema político intervém de diversas maneiras, às vezes mais, às vezes menos, para regular, regulamentar e corrigir o funcionamento dos mercados em que se formam as remunerações materiais e simbólicas.

A experiência brasileira é rica em programas e projetos para atenuar as desigualdades regionais e sociais. Mesmo que a maioria não tenha obtido os resultados esperados, há exemplos de políticas sociais que estão tendo impacto favorável: o salário mínimo, a aposentadoria rural, o programa bolsa-família, a renda mínima e a reforma agrária.

Observa-se especificamente que o Programa Bolsa Família atende atualmente mais de 12 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00.

O programa tem o seguinte funcionamento: para ingressar a família deve ter a renda familiar mensal família de até R\$ 140 por pessoa e estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais. As famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa só ingressam no Programa se possuem crianças ou adolescentes de até 17 anos. Já as famílias com renda mensal de até R\$ 70,00

por pessoa podem participar do Bolsa Família, qualquer que seja a idade dos membros da família.

O Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais. O Cadastro é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Com base nas informações inseridas no Cadastro Único, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. O critério principal é a renda familiar por pessoa. O cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício.

O Programa tem quatro tipos de benefícios: o básico, o variável, o variável vinculado ao adolescente e o variável de caráter extraordinário. O Benefício Básico, de R\$ 70, é pago às famílias consideradas extremamente pobres, com renda mensal de até R\$ 70 por pessoa, mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens.

O Benefício Variável, de R\$ 32, é pago às famílias pobres, com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até cinco benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 160,00.

O Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ), de R\$ 38, é pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou seja, até R\$ 76.

O Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) é pago às famílias nos casos em que a migração dos programas remanescentes não cause perdas financeiras.

A seguir nos quadros 1 e 2 observa-se a variação do valor de benefício que a família receberá conforme sua composição familiar e renda mensal:

Tabela 1 - Valor dos benefícios: Famílias com renda familiar mensal de até R\$ 70 por pessoa

<b>Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 306,00

Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>

Tabla 2 – Valor dos benefícios: Famílias com renda familiar mensal de R\$ 70 a R\$ 140 por pessoa

<b>Número de gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis + 1 BVJ	R\$ 166,00
5	1	5 variáveis + 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis + 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis + 2 BVJ	R\$ 236,00

Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>

Além de receber a transferência de renda, as condicionalidades do programa são compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar

recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

Nas condicionalidades na área de saúde, as famílias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. Nas condicionalidades da educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%.

Na condicionalidade da área de assistência social é exigido que crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do PETI e obter frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Além de a família beneficiária ter seus compromissos assumidos para receber a transferência de renda, cada Município também tem seus compromissos perante o Governo Federal, como assumir a interlocução política entre a prefeitura, o MDS e o Estado para a implementação do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único; coordenar a relação entre as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde para acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família e verificação das condicionalidades; além de coordenar a execução dos recursos transferidos pelo Governo Federal para o Programa no Município, responsabilizando-se pela aplicação e investimento dos recursos provenientes do FNAS (Fundo Nacional da Assistência Social).

### **3 MÉTODO DA PESQUISA**

Para a realização do estudo buscou-se identificar as principais necessidades sociais e econômicas das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Sapucaia do Sul/RS e verificar se este contribuiu para a redução das desigualdades sociais e da pobreza.

Segundo dados do MDS no Município de Sapucaia do Sul/ RS são 3.834 famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família, então a fim de verificar os impactos, redução da pobreza e a contribuição do Programa enquanto Política Social no Município realizou-se uma pesquisa de campo, na qual se utilizou um questionário como instrumento que abordou questões descritivas, comportamentais e preferenciais.

No instrumento aplicado, que se encontra no Apêndice A, procurou-se abranger questões amplas que identificasse primeiramente um perfil básico da família, como sexo, renda, escolaridade, número de integrantes da família, a seguir foi introduzindo questões sobre capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho. Procurou-se conhecer também a opinião sobre a qualidade de vida dos entrevistados e suas principais vulnerabilidades, seus principais gastos e suas perspectivas em relação ao futuro.

Os dados foram coletados em um encontro realizado no município aos beneficiários do programa, o evento foi organizado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal responsável pela gestão do programa no Município e diariamente atende as famílias beneficiárias; pela Secretaria de Saúde e pela Secretaria de Educação.

O questionário foi ofertado para preenchimento de livre arbítrio. Após a coleta de dados da pesquisa, totalizou-se uma amostragem de 310 famílias beneficiárias, com este universo como referência de 100% elaboraram-se gráficos de colunas e linhas a fim de analisar os resultados a partir de comparativos entre as respostas dadas com a respectiva porcentagem de cada, assim traçando um perfil e identificando possíveis impactos do programa na vida destas famílias.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O Município de Sapucaia do Sul iniciou convenio com o Governo Federal em 2005 e desde então executa o Programa Bolsa Família, atualmente o Município tem cadastrada em torno de 9.000 famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e 3.834 famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família.

O acompanhamento das famílias beneficiárias realiza-se por meio das condicionalidades da Educação, Saúde e Assistência Social, sendo que cada política especifica tem o dever de acompanhar as famílias e informar as respectivas informações sobre frequência escolar, informações de saúde, situações de risco e atualizações no cadastramento das famílias.

A fiscalização do Programa se dá em âmbito municipal por meio do Controle Social, no qual é realizado em Sapucaia do Sul pelo Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) e pelo Comitê Intergestor que possui um membro da área da Assistência Social, Saúde e Educação.

No âmbito federal o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS fornece ao município listas com cruzamento de dados da RAIS, SISOB e RENAAM para averiguação das famílias e prazos anuais para atualização de dados cadastrais.

A partir da proposta macro do programa em questão cada município busca executá-lo a fim de alcançar os objetivos do Governo Federal e conhecer melhor sua população para identificar as demandas sociais e propor políticas publicas, sendo assim, o município por meio dos seus técnicos realizou uma pesquisa de campo com 310 famílias a fim de verificar se houve redução das desigualdades, suas perspectivas de vida e como o Programa contribuiu enquanto Política Social no Município de Sapucaia do Sul/RS.

Realizada a coleta de dados, torna-se necessário a análise e interpretação dos resultados para se alcançar o objetivo do estudo, que foi verificar os possíveis impactos do programa de transferência de renda bolsa família nas famílias beneficiárias de Sapucaia do Sul/RS.

Iniciou-se com questões fechadas que ilustraram o gênero do responsável pela família e sua escolaridade. Sendo 281 do sexo feminino e 29 do sexo masculino, ou seja, 90,6% dos beneficiários que responderam a pesquisa são mulheres chefes de família, o que mostra que cresce no Brasil o número de lares



chefiados por mulheres, formando novos arranjos familiares, evidenciando a exclusividade destas “mães” no sustento de seus dependentes.

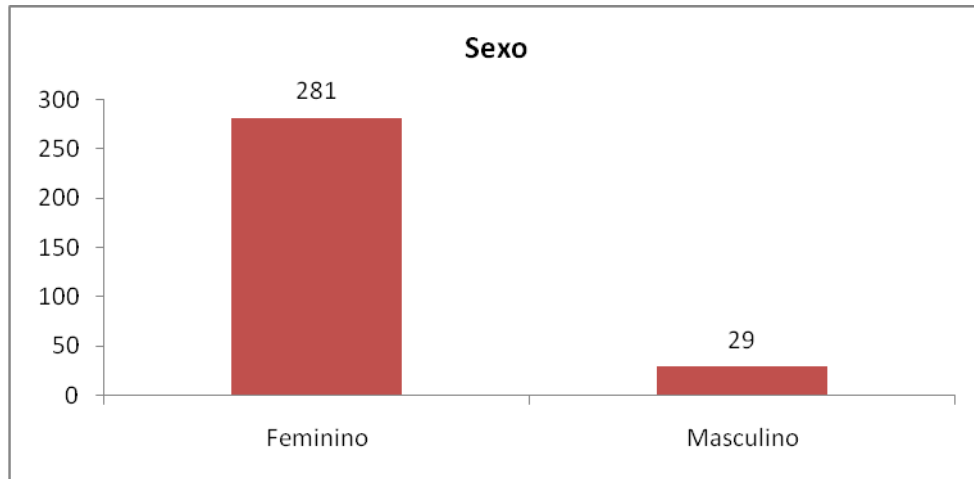


Gráfico 1 – Distribuição de frequência dos entrevistados para a variável sexo.

Em relação à escolaridade, Gráfico 2, observa-se que a grande maioria não completou o ensino fundamental, mais precisamente 65%, apenas 28 pessoas concluíram o ensino médio e 09 pessoas nunca freqüentaram a escola, o que se percebe é que a falta de escolaridade é latente entre os beneficiários do programa, favorecendo às vulnerabilidades sociais.

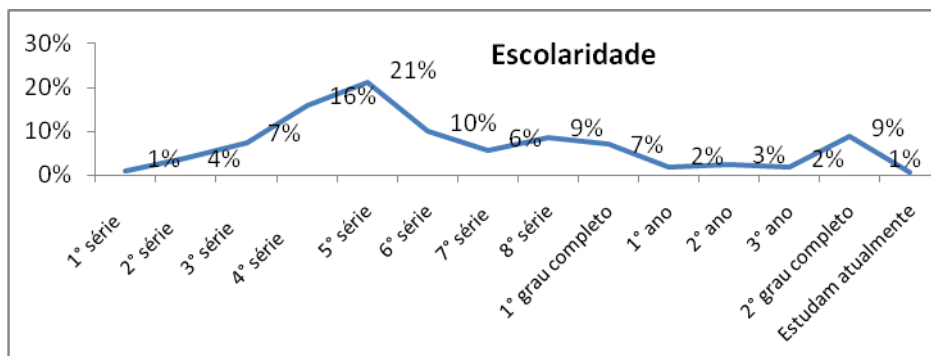


Gráfico 2 – Distribuição de frequência dos entrevistados para a variável escolaridade.

A média de pessoas que compõe o grupo familiar, Gráfico 3, é 73,9% de até 04 membros, 23,9% de 05 a 07 membros e 2,2% acima de 08 membros.

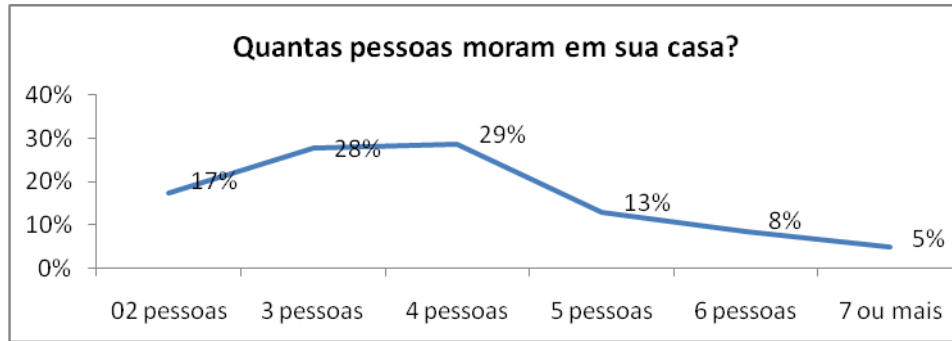


Gráfico 3 – Distribuição de frequência da quantidade de componentes da família.

Em relação ao benefício recebido como transferência de renda destas famílias, Gráfico 4, verificou-se que cerca da metade (47,7%) percebe de R\$ 70,00 a R\$ 120,00, ou seja, estão em situação de pobreza. O restante se divide entre abaixo de R\$ 70,00 (26,4%) situação de extrema pobreza e o outro restante de R\$ 120,00 a R\$ 168,00 (25,8%).

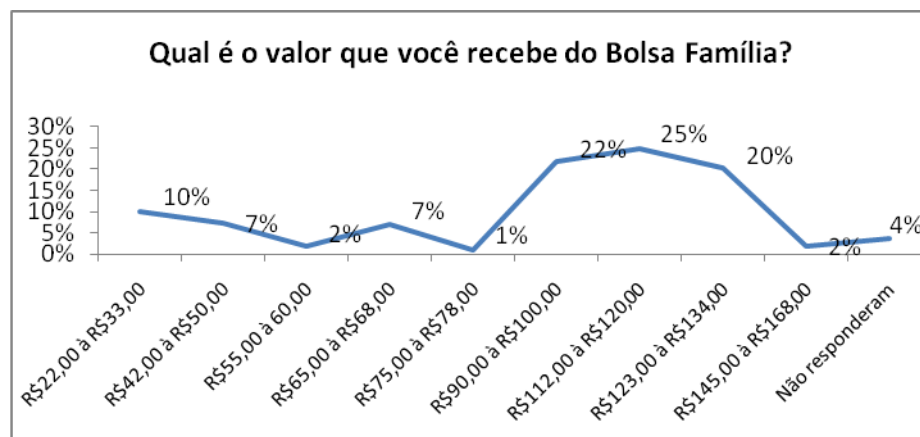


Gráfico 4 – Distribuição de frequência dos valores recebidos do Bolsa Família.

Pode-se identificar durante a análise que dos 310 beneficiários, cerca de 67,7% (Gráfico 5) têm como única fonte de renda a do programa, trazendo insegurança e pouca perspectiva de melhora da qualidade de vida, pois segundo o Gráfico 06 para a maioria dos entrevistados o valor recebido é insuficiente para suprir suas necessidades.

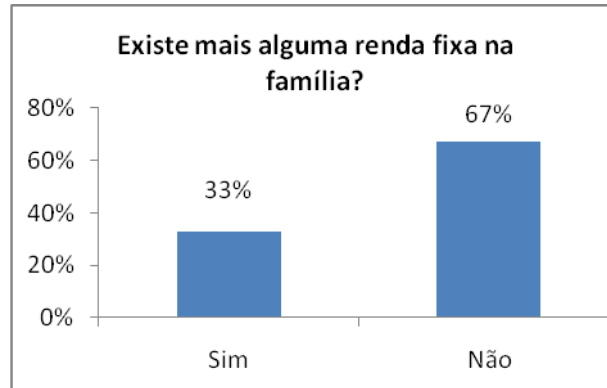


Gráfico 5 – Distribuição de frequência para outras fontes de rendas fixas.

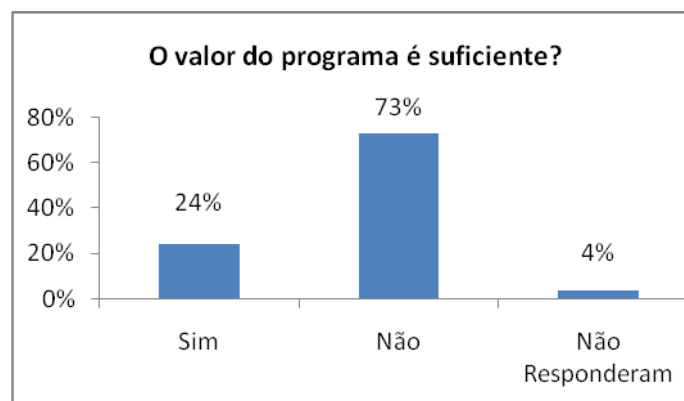


Gráfico 6 – Frequência para opinião da auto-suficiência do benefício.

Em relação ao trabalho, este se mostra quase inexistente, segundo Gráfico 7 para 82,90% dos entrevistados, tanto formal quanto informal, percebe-se que a inserção no mercado de trabalho para as famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica é de difícil acesso, demonstrado que apesar do programa de transferência de renda ser insuficiente é a única fonte de renda para estas famílias.

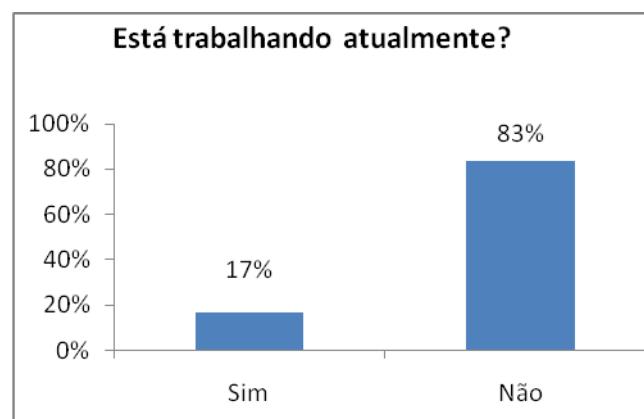


Gráfico 7 – Distribuição de frequência dos beneficiários que estão trabalhando.

A inserção no mercado de trabalho se daria mais facilmente se houvesse qualificação profissional, mas em relação a este item 79% dos beneficiários não têm nenhum curso profissionalizante, Gráfico 8, mesmo assim 68% já trabalharam formalmente, Gráfico 9, demonstrando persistência destes.

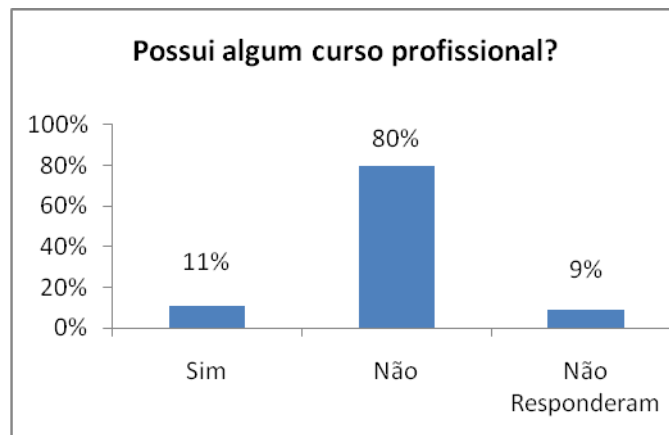


Gráfico 8 – Frequência dos beneficiários qualificados profissionalmente.

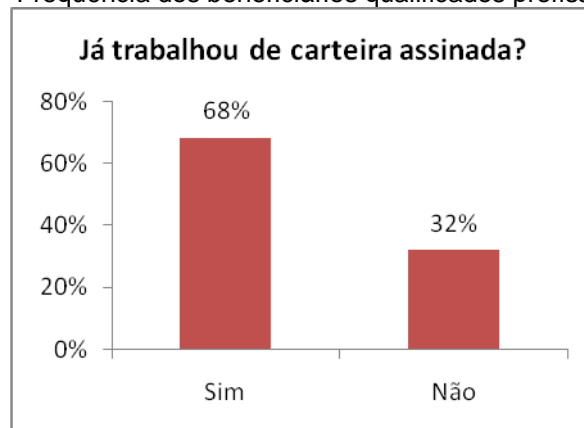


Gráfico 9 – Frequência dos beneficiários que já trabalharam formalmente.

Dos que já realizaram algum curso de qualificação profissional foi questionado qual era esta qualificação e pode se perceber que a maior porcentagem se deu em torno do curso de pedreiro/ azulejista, Gráfico 10, este que foi oferecido como parte do programa complementar Próximo Passo aos beneficiários do programa bolsa família no município.

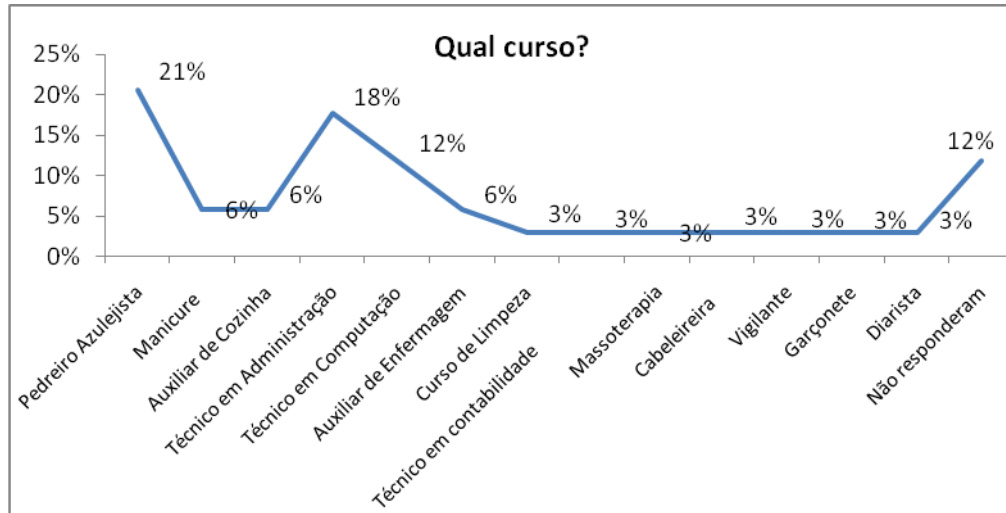


Gráfico 10 – Frequência da qualificação existente entre os beneficiários.

O que se percebe é a falta de oportunidade, pois interesse pode-se verificar no Gráfico 11, o interesse em se qualificar ficou em torno de 68,7% e as áreas solicitadas foram as mais diversas como corte e costura, construção civil, manicure e cabeleireiro, culinária, áreas administrativa, informática, segurança, enfermagem, artesanato entre outros, conforme Gráfico 12.

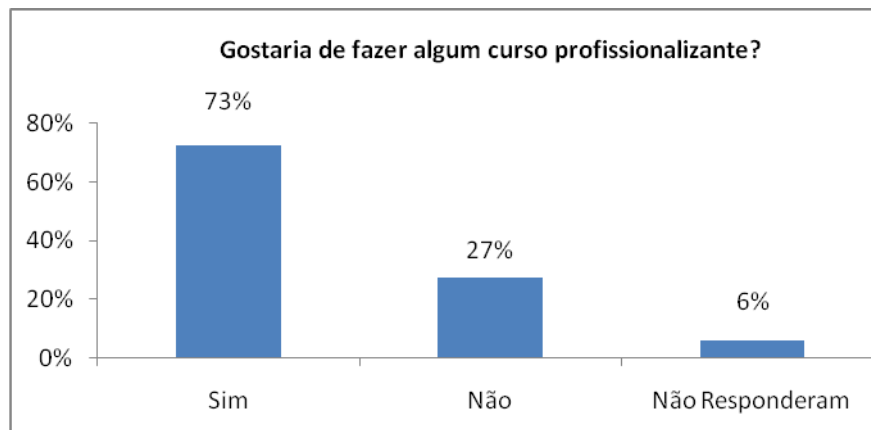


Gráfico 11 – Frequência da opinião dos beneficiários em qualificar-se.

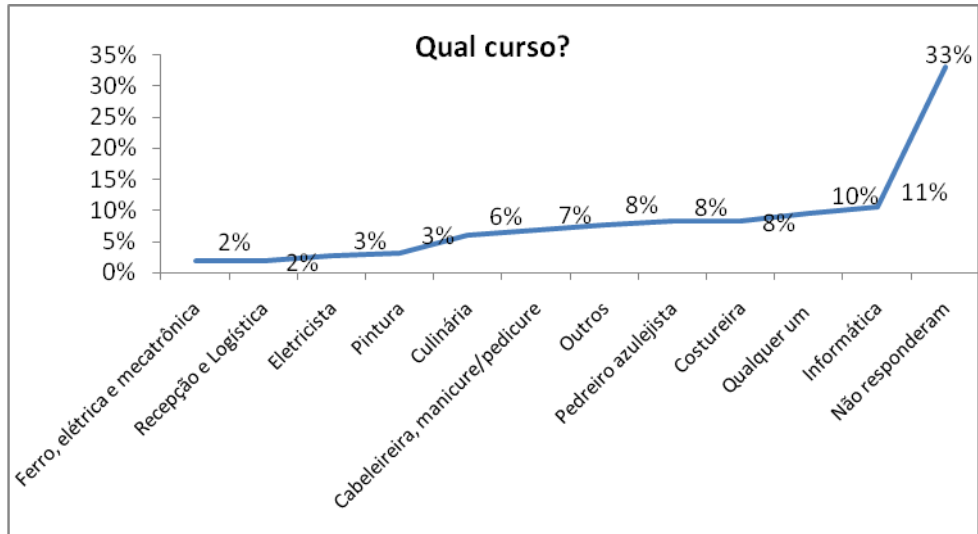


Gráfico 12 – Frequência dos cursos pretendidos pelos beneficiários.

Em relação ao destino dado ao benefício pelas famílias costuma ser: compra com roupas, alimentos, materiais escolares, remédios e para pagar contas, ou seja, observa-se que o benefício é gasto com as necessidades básicas e essenciais para a subsistência destas famílias, conforme Gráfico 13.



Gráfico 13 – Frequência da utilização da transferência de renda.

Como os recursos econômicos das famílias beneficiárias são escassos sobram necessidades e os direitos se mostram deficitários, é fundamental que estes sejam garantidos para a própria garantia da cidadania e dos mínimos sociais. As necessidades, Gráfico 14, concentram-se em condições habitacionais, acesso a alimentação, vestuário, material escolar, acesso a saúde, acesso a escolas, escolas

de educação infantil, medicamentos, transporte público, emprego, qualificação profissional, saneamento básico e renda.

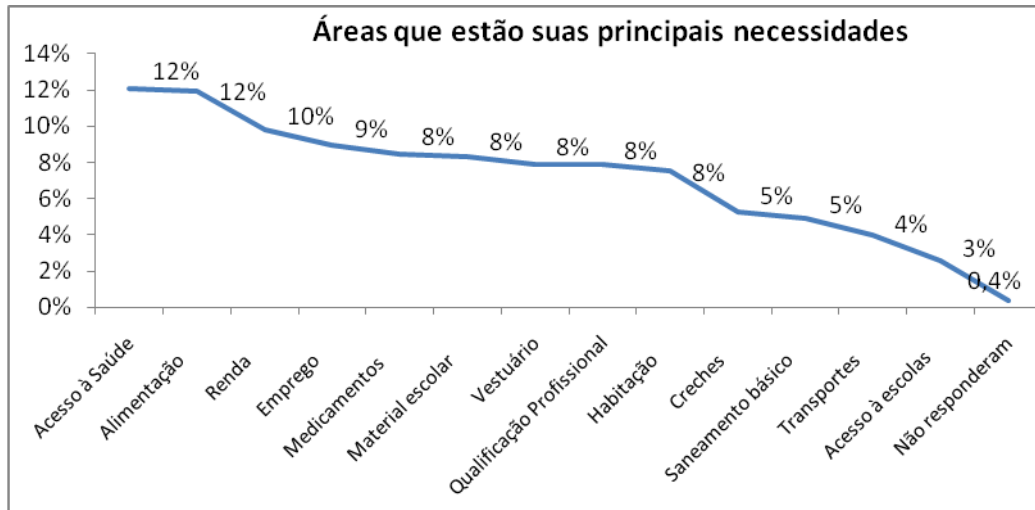


Gráfico 14 – Distribuição de frequência das principais necessidades dos beneficiários.

Independente de ainda haver déficits no cumprimento de seus direitos básicos 91% dos beneficiários entrevistados acreditam que passaram a se alimentar melhor após a inclusão no programa, Gráfico 15 e 93% acham que a vida melhorou com o recebimento do benefício, Gráfico 16.

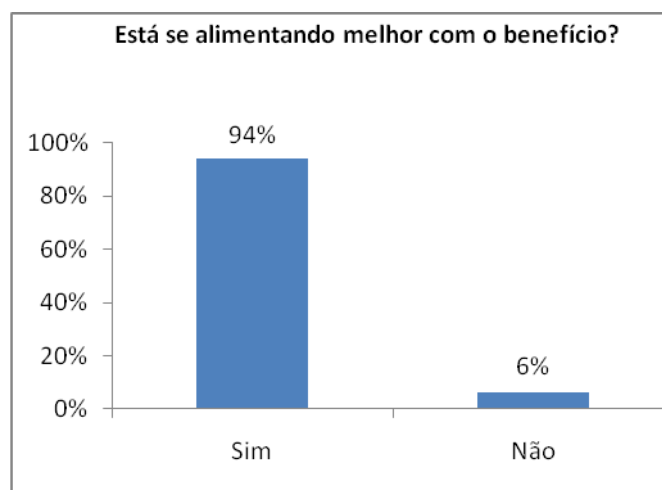


Gráfico 15 – Frequência de opinião em relação à melhora da alimentação.

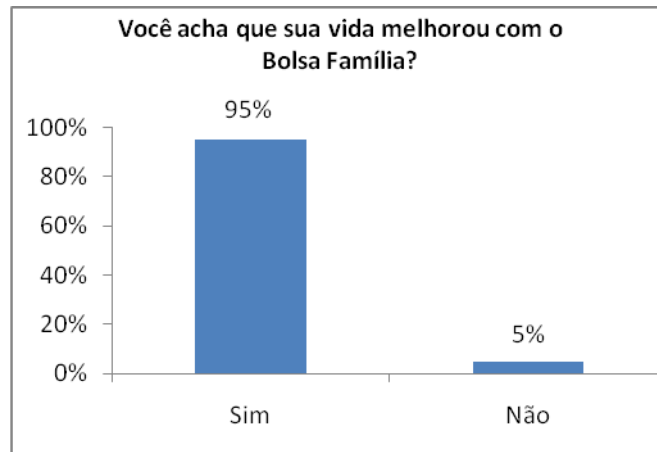


Gráfico 16 – Frequência de opinião em relação à melhora de vida.

Mas contraditoriamente observa-se nos dados quantitativos, Gráfico 17, que 3,5% considera sua qualidade de vida ruim, 50,3% acha regular, 40,9% boa e apenas 4,1% acham excelente, o que se sugere que a vida melhorou com o benefício, mas não o suficiente para acreditar que a qualidade de vida seja excelente.

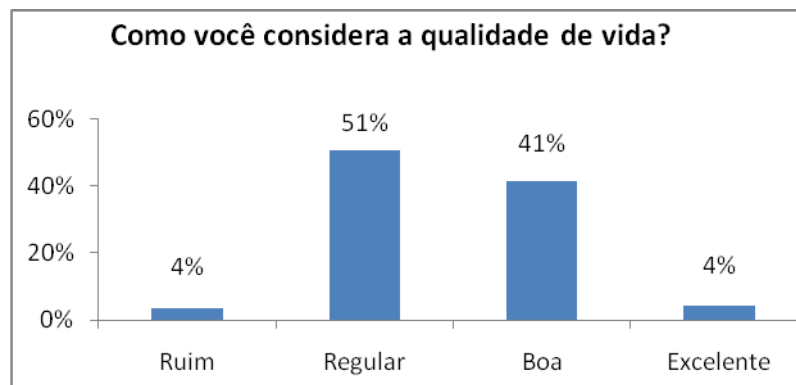


Gráfico 17 – Frequência de opinião em relação à qualidade de vida da família beneficiária.

O instrumento de pesquisa teve como última pergunta uma questão aberta que tinha como objetivo instigar o entrevistado a listar necessidades a serem supridas e ações a serem estrategicamente construídas pelo poder local para favorecer a melhora da qualidade de vida das famílias do programa, mas o dado revelado, Gráfico 18, mostrou-se surpreendente, pois 100% responderam, ou seja, 310 entrevistados acreditam que o necessário a ser feito para a situação de sua família melhorar é o aumento da renda do Bolsa Família.



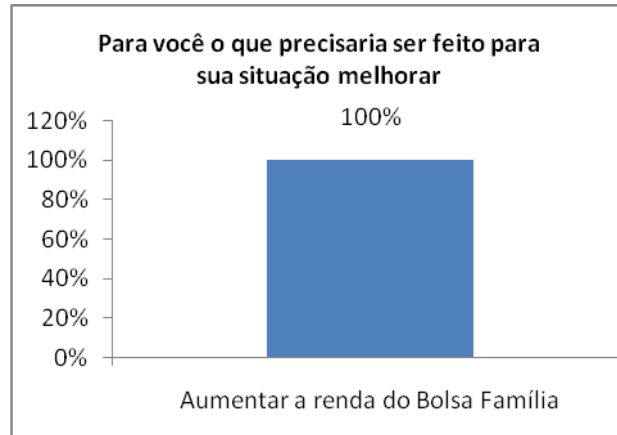


Gráfico 18 – Frequência de sugestões e necessidades para a mudança da situação de pobreza.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão retratou uma pequena amostra da realidade dos beneficiários do programa federal bolsa família, procurou-se conhecer um pouco da realidade e percepção destes brasileiros que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza. O município que sediou a pesquisa, o município de Sapucaia do Sul é uma cidade de grande porte onde vivem em torno de 130.957 mil habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas conta com quase 4 mil famílias em situação de extrema vulnerabilidade.

Percebe-se a partir da análise dos resultados que os beneficiários entrevistados vêem o programa como uma alternativa real e alcançável para amenizar as carências mais urgentes que as políticas públicas infelizmente não dão conta. Ao mesmo tempo em que desejam se profissionalizar e inserirem-se no mercado de trabalho, há um receio que o benefício não seja mais repassado, eis a reivindicação dos 310 beneficiários de garantir e aumentar o valor do benefício.

Perpassam-se sentimentos contraditórios, ora o programa melhorou a alimentação e também a vida destas famílias, mas, entretanto essa melhora não chega a atingir um patamar de qualidade de vida. Ainda existem muitas necessidades que precisam ser supridas, necessidades básicas, as quais são direitos de fato de qualquer cidadão, como moradia, alimentação, acesso à educação, à saúde, ao lazer, saneamento básico entre outros.

O programa cumpre uma parcela, onde sobram lacunas das demais políticas públicas de estado, tornando o beneficiário de um programa social às vezes dependente por faltarem oportunidades para superarem a situação de vulnerabilidade, demonstrando em uma pesquisa de opinião suas demandas latentes, mas a vontade que esse processo continue porque os impactos que estes causaram em suas vidas pode até ter melhorado-as, mas ainda carece muito de processos de trabalho para que a população tenha seus direitos mínimos garantidos, tendo uma renda que consiga subsidiar sua família, tenha um emprego e perspectiva de qualidade de vida.

Sendo assim, o estudo procurou demonstrar uma fatia dos quase 13 milhões de brasileiros que se encontram na mesma situação, algumas mais cruéis outras menos, mas não se buscou verdade absoluta e sim um estudo com uma análise da realidade e percepção municipal de Sapucaia do Sul/ RS e seus beneficiários do programa de transferência de renda bolsa família, procurando colaborar com a gestão municipal para construção de estratégias no enfrentamento da pobreza.

## REFERÊNCIAS

A DESIGUALDADE social no Brasil. 2010. Disponível em:  
<[http://www.sfipec.org.br/publicacoes/licoes\\_prog\\_desenv\\_br/](http://www.sfipec.org.br/publicacoes/licoes_prog_desenv_br/)> Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. IBGE cidades, 2011. Informações estatísticas de Sapucaia do sul  
Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > Acesso em:  
08 ago. 2011.

BRASIL. Bolsa Família. Brasília: MDS, 2010. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acesso em: 01 set. 2010

BRASIL. Composição de valores. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>> Acesso em:  
01 set. 2011.

BRASIL. ONU cita limitação do Bolsa-Família. 2010. Disponível em:  
<<http://www.dgabc.com.br/News/5829314/onu-cita-limitacao-do-bolsa-familia.aspx>>  
Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL é o maior em desigualdade social – Jornal Inverta. 2010. Disponível em:  
<<http://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/285/economia/brasil-e-o-maior-em-desigualdade-social>>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Lei Federal 10.836/04. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm) > Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Decreto nº 5.209/04. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5209.htm)>  
Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Decreto 3.877, de 24 de julho de 2001. Institui o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Disponível em:  
<<http://www.mds.gov.br/sobreministerium/legislacao/bolsafamilia/decretos/2001/Decreto%20no%203877%20de%2024.07.2001.pdf>> Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)> Acesso em: 10 set. 2010.

DESIGUALDADE social. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>> Acesso em: 08 ago. 2011.

# APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

## QUESTIONÁRIO PARA OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA FAMÍLIA

1 Sua Família é beneficiária do Programa Bolsa Família?

( ) Sim ( ) Não

2 Sexo

( ) Feminino ( ) Masculino

3 Escolaridade

( ) Analfabeto ( ) Ens. Fund. Incompl. ( ) Ens. Fund. Comp.

( ) Ens. Med. Incompl. ( ) Ens. Med. Compl. ( ) Ens. Sup. Incompl.

( ) Ens. Sup. Compl.

4 Composição Familiar – Quantas pessoas residem em sua casa?

( ) Escrever o número de pessoas

5 Qual é o valor do seu benefício do Bolsa Família?

( ) Escrever o valor do benefício

6 Existe mais alguma renda? ( ) Sim ( ) Não

7 Se a resposta anterior for sim. Qual valor?

( ) Escrever o valor da renda, fora o Bolsa Família.

8 Você está trabalhando atualmente? ( ) Sim ( ) Não

9 Se a resposta anterior for sim. No que trabalha?

---

10 Possui alguma qualificação profissional? Qual?

---

11 Gostaria de fazer algum curso profissionalizante?

( ) Sim ( ) Não

Qual? \_\_\_\_\_

12 Já trabalhou de carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não

13 Tem alguém em sua casa que trabalha de carteira assinada? ( ) Sim ( ) Não

14 Cite o que você compra com o dinheiro recebido pelo Bolsa Família?

---

15 Você está se alimentando melhor depois que começou a receber o benefício?

( ) Sim ( ) Não

16 Quais são as áreas que estão suas principais necessidades?

( ) Habitação ( ) Alimentação ( ) Vestuário ( ) Material Escolar ( ) Saúde

( ) Acesso à Escolas ( ) Creches ( ) Medicamentos ( ) Transportes

( ) Emprego ( ) Qualificação Profissional ( ) Saneamento Básico ( ) Renda

17 Você gostaria que a Prefeitura de seu Município oferecesse mais programas?

( ) Sim ( ) Não

Em que área? \_\_\_\_\_

18 Você acha que sua vida melhorou depois do recebimento do Bolsa Família?

( ) Sim ( ) Não

19 Como você considera a qualidade de vida da sua família?

( ) Ruim ( ) Regular ( ) Boa ( ) Excelente